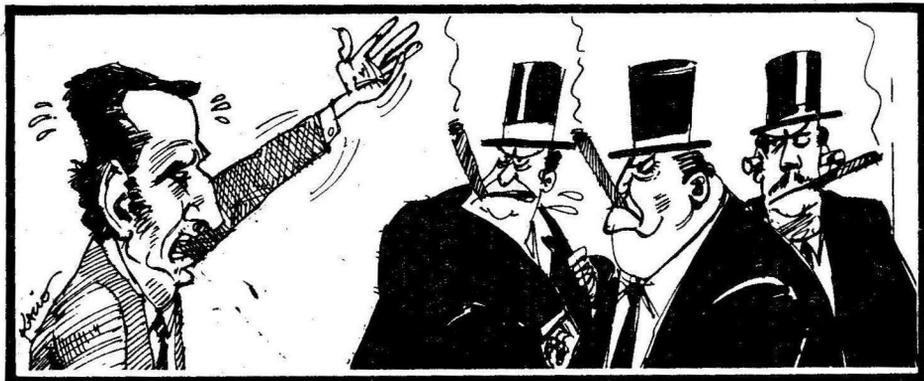


Funaro tenta reduzir os juros

Ministro vai aos EUA conversar com os banqueiros

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia



O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, viajará aos Estados Unidos nos próximos dias para tentar negociar com os credores da dívida externa, se possível com o aval das autoridades norte-americanas, uma redução das taxas de juros. Durante a semana, em reuniões sucessivas com o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e seus auxiliares diretos, Funaro discutiu a estratégia de negociação com os credores e acertou a viagem com o presidente José Sarney.

O objetivo do governo é reduzir o custo da taxa de risco (spread) que os banqueiros estão cobrando do Brasil, considerada excessivamente alta. O País é comparado, para efeito de fixação do spread, aos piores pagadores, apesar de estar pagando em dia os juros da dívida externa, além de estar apresentando performance econômica que surpreende aos próprios credores e economistas europeus e norte-americanos — como, aliás, destacou esta semana a revista inglesa **The Economist**.

O ministro Funaro apresentará aos banqueiros amplo relatório sobre a economia brasileira, com destaque para fatos que considera expressivo do ponto de vista dos credores, tais como a satisfatória reserva cambial de 9 bilhões de dólares, o superávit de 12,5 bilhões de dólares na balança comercial, o crescimento do Produto Interno Bruto de 8 por cento aproximadamente, no ano passado, e o principal, o pagamento em dia dos compromissos financeiros.

A estratégia de Funaro é fazer uma pressão sobre o governo norte-americano, em Washington, antes de falar com os integrantes do comitê de credores da dívida, em Nova Iorque. Durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, em Seul, Funaro, segundo

um dos seus assessores, recebeu garantias de representantes do governo Reagan de que o Brasil teria apoio do mesmo para obter melhores vantagens na renegociação da dívida, por se tratar de um devedor responsável, cumpridor dos deveres. Funaro pretende cobrar a promessa e colocar na mesa, tanto do presidente do Banco Central norte-americano, Paul Vocker, como do secretário do Tesouro, James Baker, que não é possível ao País continuar pagando uma taxa de risco em torno de 2,5 por cento, enquanto outros devedores, como o México,

por exemplo, pagam 1,25 por cento. Ele exigirá tratamento idêntico.

O ministro da Fazenda está conflante em que encontrará compreensão dos credores e acha que não encontrará dificuldades para prorrogar mais uma vez os créditos de curto prazo e interbancários, no total de 16 bilhões de dólares, que vencem no próximo dia 17. Do ponto de vista da Fazenda, não há porque os banqueiros negarem a prorrogação. Mas o ministro quer mais: reivindicará um prazo de dois anos, no mínimo, para renegociar a dívida. Pedirá dois, mas deverá fi-

car satisfeito com um ano de prazo.

Os banqueiros, por sua vez, fazem exigências consideradas inaceitáveis pelo Governo. Mas não existe unanimidade oficial diante das pressões que são insistentes sobre suas condições, primeiro a refugada submissão ao Fundo Monetário Internacional, e, segundo, o ressarcimento integral dos prejuízos provocados pela quebra dos bancos Auxiliar e Comind, no valor de Cr\$ 450 bilhões. O Governo, por enquanto, cobriu somente Cr\$ 50 bilhões daquele total e se recusa a pagar o restante sob o argumento de que feriria dispositivo legal. Na verdade, caso pagasse, agora, os prejuízos aos credores externos, estaria o Governo ferindo o princípio da isonomia, deixando de pagar os credores brasileiros dos dois bancos falidos para pagar os credores estrangeiros.

A possibilidade de uma boa renegociação da dívida e prorrogação dos débitos de curto prazo é admitida oficialmente tendo por base as condições precárias com as quais convive os países devedores neste momento em que não dispõem de recursos suficientes para pagar sequer os juros integralmente. Funaro acha que depois da reunião dos 11 países devedores latino-americanos integrantes do grupo de Cartagena, realizada há duas semanas, em Montevidéu, foram criadas novas condições políticas para a renegociação das dívidas externas dos países da região.